

Será a semelhança das maçãs vermelhas uma entidade adicional às maçãs?

RESUMO

O meu objetivo com este artigo é examinar algumas respostas ao desafio levantado por Bertrand Russell ao nominalismo de semelhanças. O desafio consiste na alegação de que o nominalismo de semelhanças não pode explicar a relação de semelhança entre particulares sem postular um universal de semelhança e se insistir em evitar postular uma tal entidade adicional, então cairá numa regressão viciosa ao infinito. As tentativas de replicar ao desafio são, por um lado, defender que a regressão ao infinito não é viciosa e, por outro lado, advogar que nem sequer existe regressão ao infinito – assim, o nominalista de semelhanças continuaria justificado em não postular uma entidade adicional além dos particulares. Porém, estas duas respostas ao desafio, concretamente nas versões de Armstrong (1989) e de Rodriguez-Pereyra (2002), não me parecem plausíveis e, por isso, estou intuitivamente inclinado a aceitar a argumentação de Russell, exceto no passo em que defende que se aceitamos um universal de semelhança, não teríamos justificações para não aceitar os restantes universais. Penso que temos razões para ficar apenas com um universal de semelhança (sobretudo por motivos de economia ontológica). Mas antes de apresentar o desafio de Russell e de examinar as respostas, é pertinente começar com uma contextualização do problema dos universais.

Palavras-chave: Problema do Universais; Nominalismo de Semelhanças; Regressão ao Infinito.

ABSTRACT

My aim in this paper is to survey some replies to the challenge raised by Bertrand Russell to resemblance nominalism. The challenge consists in the claim that resemblance nominalism can't explain the relationship of resemblance between particulars without postulating one universal of resemblance, and if you insist in avoiding postulate such additional entity, then you will fall into a vicious infinite regress. The attempts to deal with the challenge are, on the one hand, to hold that infinite regress isn't is not vicious and, on the other hand, to hold that there is not an infinite regress at all – thus, the resemblance nominalist would continue justified in not postulating one additional entity beyond particulars. However, these two answers to the challenge, namely in the versions of Armstrong (1989) and Rodriguez-Pereyra (2002), do not seem sound to me, and, to that extent, I'm intuitively willing to accept Russell's arguments, except what concerns the step in which he argues that if we accept one universal of resemblance, then we would not have any justifications for not accepting the other universals. I think that we have reasons to stay only with one universal of resemblance (mainly by reasons of ontological economy). But before presenting Russell's challenge and surveying the answers, it is relevant to begin with a contextualization of the problem of the universals.

Keywords: Problem of Universals; Resemblance Nominalism; Infinite Regress.

* Universidade de Lisboa e LanCog. E-mail: df@domingosfaria.net

Suponhamos que fui ao supermercado comprar meia-dúzia de maçãs McIntosh vermelhas. Coloquei as seis maçãs no carrinho de compras e constato que elas são numericamente diferentes umas das outras. Se fossem numericamente iguais teria apenas uma maçãs. Mas, apesar de serem numericamente distintas partilham as mesmas propriedades, como o facto de serem vermelhas, doces, redondas, entre outros. Parece haver algo igual, isto é os aspetos qualitativos de ser vermelho ou doce, em coisas que não são iguais, ou seja nas diferentes maçãs. Parece haver o uno no múltiplo.

Surge, então, o problema metafísico (A) do um-em-muitos: como explicar que coisas numericamente diferentes sejam mesmo assim idênticas nalguns aspetos? Como é possível que diferentes particulares, diferentes espécimes ou exemplares, concordem em atributo, ou seja, tenham o mesmo tipo? Em virtude de que é que os vários particulares p, q, r, \dots , têm a mesma propriedade F ?

Esta formulação tem um problema converso que é o problema (B) do muitos-em-um: pego numa das maçãs que comprei e constato que a vermelhidão, doçura, redondeza, etc, são propriedades atribuíveis a esta maçãs que tenho na mão. Há muitas propriedades diferentes num único particular. Então, como explicar que diferentes propriedades coexistam num só particular? Como é possível que diferentes tipos coexistam numa única coisa (que é um exemplar ou espécime de todos esses tipos)? Em virtude de que é que um único particular p tem várias propriedades F, G, H, \dots ?

Estas duas formulações do problema dos universais ajudam-nos a examinar se na nossa ontologia devemos admitir objetos universais para além dos objetos particulares. Por um lado, quando falamos de um *particular* estamos a referir-nos a alguma coisa individual concreta, como esta maçãs que estou agora a comer, que é irrepetível e que não pode estar inteiramente presente em mais de um lugar. Por outro lado, quando falamos de um *universal* estamos a referir-nos a alguma entidade numericamente igual (como ser vermelho, doce, redondo) que, caso exista, pode ser instanciada em vários particulares numericamente distintos (se um universal como a vermelhidão existir, por exemplo, pode ser instanciado em várias maçãs McIntosh). Tais propriedades universais são repetíveis e são entidades que podem estar inteiramente presentes em vários lugares simultaneamente. Mas será que precisamos de universais para solucionar os problemas (A) e (B)? Vejamos apenas as duas principais respostas.

De acordo com o realismo temos de admitir universais na nossa ontologia. As principais teses do realismo são as seguintes: (I) há objetos ou entidades universais; (II) algumas propriedades de objetos (possivelmente todas) são propriedades universais; e (III) as propriedades universais são indispensáveis para solucionar os problemas (A) e (B). Para um realista, o problema (A) é resolvido sustentando que os particulares p, q, r, \dots , são F em virtude de instanciarem um e o mesmo universal F . Por exemplo, meia-dúzia de maçãs têm

a mesma propriedade de ser vermelho porque instanciam o mesmo universal da vermelhidão. É em virtude de instanciar o universal da vermelhidão que cada uma dessas maçãs se assemelham entre si. Portanto, quando temos meia-dúzia de maçãs que são vermelhas há uma entidade numericamente igual e comum a elas, isto é, o universal da vermelhidão que é instanciado inteiramente por cada uma dessas maçãs.

Quanto ao problema (B), um realista alega que o facto de uma maçãs particular ter várias propriedades significa que esse particular instancia vários universais. Por exemplo, a mesma maçãs instancia os universais da vermelhidão, da doçura e da redondeza. Ou seja, a maçãs é vermelha, doce e redonda em virtude de instanciar estes universais. Em suma, o realista defende que se tivermos duas maçãs vermelhas na nossa mão temos três entidades: as duas maçãs e o universal da vermelhidão.

No entanto, o nominalismo sustenta que não precisamos de universais na nossa ontologia. As teses fundamentais do nominalismo são as seguintes: (I') não há objetos universais, existindo apenas particulares; (II') nenhuma propriedade é uma propriedade universal; e (III') os particulares são suficientes para solucionar os problemas (A) e (B). Estes problemas são diferentemente explicados conforme as várias teorias nominalistas existentes.

Para os nossos propósitos vamos apenas considerar a versão de nominalismo de semelhanças proposto por Gonzalo Rodriguez-Pereyra (2002). No que se refere ao problema (A), esta teoria defende o seguinte: o que faz com que os particulares p , q , r , ..., tenham uma propriedade F é esses particulares assemelharem-se a todos os particulares que têm F . Por exemplo, cada uma das nossas seis maçãs é vermelha em virtude da sua semelhança a todos os outros particulares vermelhos. As maçãs são vermelhas simplesmente em virtude de se assemelharem às coisas vermelhas.

Quanto ao problema (B), o nominalista de semelhanças advoga que um único particular pode ter diferentes propriedades por se assemelhar a diferentes grupos de particulares. Assim, o que faz um particular p ter uma propriedade F é assemelhar-se a todos os particulares F , o que faz p ter a propriedade G é assemelhar-se a todos os particulares G , e assim por diante. Por exemplo, uma vez que esta maçãs que estou agora a comer se assemelha a todos os particulares vermelhos, ela tem a propriedade de ser vermelha; do mesmo modo, porque esta maçãs se assemelha a todos os particulares doces, ela tem a propriedade de ser doce. Também se pode dizer que esta maçãs não é azul porque não se assemelha a particulares azuis. De um modo geral, o nominalismo de semelhanças segue este princípio: o que faz com que particulares F tenham a propriedade F é eles assemelharem-se entre si. Esta semelhança entre particulares concretos é tomada como primitiva, básica e fundamental.

Em suma, o nominalista de semelhanças defende que se tivermos duas maçãs vermelhas nas nossas mãos temos apenas duas entidades: as duas

maçãs vermelhas que se assemelham, não existindo outra entidade além das maçãs. Esta é uma razão, de acordo com Rodriguez-Pereyra, para se preferir o nominalismo de semelhanças, uma vez que é a teoria com mais economia ontológica: apenas postula entidades particulares.

Mas não será a semelhança das nossas maçãs uma entidade adicional às maçãs? Pode-se pensar que sim, como é o caso de Bertrand Russell (1912: 156) que considerou que nenhum nominalismo de semelhança poderia evitar postular um universal de semelhança. Caso não se postule esta entidade adicional, então o nominalismo de semelhança cai numa regressão infinita. Portanto, para evitar tal regressão é necessário admitir pelo menos um universal de semelhança, e uma vez admitido este universal não teria sentido evitar os restantes universais. Penso que o argumento de Russell pode ser representado do seguinte modo:

- (1) Vamos supor que não existem universais, tal como o universal da vermelhidão, da doçura, da redondeza.
- (2) Assim, como alega o nominalista de semelhanças, uma coisa é vermelha se, e só se, é semelhante a particulares vermelhos (por exemplo, semelhante a uma das nossas maçãs).
- (3) Ora, dado que há diversas coisas vermelhas, então há semelhança entre pares de particulares vermelhos.
- (4) Se há semelhança entre pares de particulares vermelhos, então há um universal. (A ideia é que a própria semelhança é um universal uma vez que é instanciada por vários particulares).
- (5) Mas se há uma semelhança diferente para cada par de particulares vermelhos, então tais semelhanças são semelhantes entre si e, novamente, há um universal de semelhança.
- (6) Logo, a nossa suposição inicial é falsa, pois se há diversas coisas vermelhas, então há pelo menos um universal. E se admitimos o universal de semelhança, então é implausível evitar universais como a vermelhidão, a doçura, a redondeza, etc, que são instanciados pela nossa maçãs.

No entanto, se o nominalista de semelhanças não aceitar este argumento de Russell, nomeadamente as premissas (4) e (5), e continuar a rejeitar o universal de semelhança, então parece que esta teoria cairá numa regressão ao infinito porque para explicar cada semelhança é preciso introduzir uma nova semelhança, que por sua vez precisará de ser explicada recorrendo a uma nova semelhança e, assim, sucessivamente.

Suponhamos que pego apenas em três maçãs que comprei: m_1 , m_2 e m_3 . Uma vez que estas maçãs são vermelhas, podemos dizer que o par (P1) de maçãs m_1 e m_2 assemelham-se uma à outra. Do mesmo modo, o par (P2) de

maçãs m_1 e m_3 são semelhantes entre si. E também o par (P3) de maçãs m_2 e m_3 assemelham-se uma à outra. Porém, as semelhanças não terminam por aqui, pois existem igualmente semelhanças entre os pares (P1) e (P2), entre (P1) e (P3), e entre (P2) e (P3) – chamemos respectivamente (S1), (S2) e (S3) a cada uma das semelhanças entre esses pares. Mas, se notarmos bem, haverá novamente semelhança entre (S1) e (S2), entre (S1) e (S3), e entre (S2) e (S3). E cada uma destes pares de semelhanças é por sua vez semelhante entre si e assim por diante. Portanto, este é um processo que se repete *ad infinitum*. Este regresso ocorre, como podemos constatar, porque diferentes semelhanças se assemelham entre si. Ao ter isto em mente podemos construir uma série hierárquica e infinita de ordens de entidades semelhantes, em que os membros de cada ordem são as semelhanças entre os membros da ordem anterior, como no seguinte esquema (Rodríguez-Pereyra 2002: 106):

Ordem 0: entidades semelhantes.

Ordem 1: semelhanças entre entidades semelhantes de ordem 0.

Ordem 2: semelhanças entre entidades semelhantes de ordem 1.

[...]

Ordem n : semelhanças entre entidades semelhantes de ordem $n-1$.

Ou seja, o que faz particulares vermelhos serem vermelhos é assemelharem-se entre si – estamos no nível 0. Mas, o que faz essas semelhanças de ordem 0 serem semelhanças não pode ser, de acordo com o nominalista de semelhanças, instanciarem o universal de semelhança, mas sim assemelharem-se entre si. Assim, surge a ordem 1 de semelhanças que consiste nas semelhanças entre particulares vermelhos semelhantes. Porém, o que faz destas semelhanças de ordem 1 serem semelhanças de ordem 1 não pode ser instanciarem o universal de semelhança, mas sim assemelharem-se entre si. Emerge, então, a ordem 2 de semelhanças e assim por diante. Cada um destes níveis de regressão surge pela aplicação da explicação do nominalismo de semelhanças ao nível anterior.

Mas será que esta regressão é viciosa ou virtuosa? Armstrong (1974, p. 196) argumenta que é viciosa, pois em cada nível de análise há sempre algo que foi deixado por analisar e que requer um novo nível de análise, que por sua vez vai requerer um outro nível *ad infinitum*. Portanto, as sucessivas aplicações da análise ou explicação dada pelo nominalista de semelhanças nunca estarão completas. Será como estar cheio de dívidas e sem dinheiro: começo por pedir um primeiro empréstimo para liquidar as dívidas, depois tenho de pedir um segundo empréstimo para liquidar o primeiro empréstimo, por conseguinte vou precisar de um terceiro empréstimo para liquidar o segundo e sucessivamente. Isto só vai adiar o dia da desgraça, mas não vai resolver o nosso problema com as dívidas. Algo análogo sucede com o nominalismo de

semelhanças: a análise completa é sempre infinitamente adiada para o nível seguinte; assim, o nominalismo de semelhanças nunca nos dá uma análise ou explicação completa. Por isso, esta regressão é viciosa porque impede o nominalismo de semelhança de realizar o seu projeto de explicar todas as propriedades em termos de particulares que se assemelham. Um tal projeto estará sempre incompleto e, por isso, parece um projeto fracassado. Além disso, a regressão evidencia uma grande falta de economia na teoria do nominalismo de semelhanças, pois está a postular um infinito número de semelhanças. Mas serão estas boas críticas à teoria do nominalismo de semelhanças?

É possível encontrar diferentes vias para responder a estas críticas e ao desafio de Russell. Uma dessas possibilidades é defender que a regressão é inofensiva ou virtuosa, como admitiu mais tarde Armstrong (1989: 54-55). Esta mudança de posição deve-se ao facto de Armstrong chegar à conclusão de que todas as soluções do problema dos universais requerem uma relação fundamental (inclusive o realismo acerca de universais) e, assim, o regresso ao infinito exposto por Russell não se dá apenas com o nominalismo de semelhanças, mas também com as outras teorias. Por exemplo, no caso do realismo, um particular p instancia um universal F . Mas como explicar a relação de instanciação? Isto é, em virtude de que é que p instancia F ? Pode-se responder: em virtude de p instanciar a instanciação de F . Mas a questão volta-se a levantar sucessivamente: em virtude de que é que p instancia a instanciação F ? Portanto, a regressão continua *ad infinitum*. A ideia é que se a regressão ao infinito no nominalismo de semelhanças é viciosa, então é difícil negar que é viciosa nos outros casos (pois não parecem regressões muito diferentes). Mas, se a regressão não é viciosa noutros casos, em particular no realismo, então será difícil sustentar que a regressão é viciosa no caso do nominalismo de semelhanças.

Então, por que razão, de acordo com a posição posterior de Armstrong, a regressão do nominalismo de semelhanças não é viciosa? Armstrong (1989, p. 55-56) argumenta que uma vez que a semelhança é uma relação interna, esta deve provir internamente a partir da natureza particular de objetos semelhantes. Deste modo, a semelhança não é um facto adicional acerca do mundo para além das naturezas particulares que os objetos têm. A ideia é que a semelhança (de qualquer ordem) entre particulares p e q sobrevém da natureza de p e q . E se a semelhança sobrevém dos particulares, então não é algo distinto deles. Portanto, a semelhança das nossas maçãs não é uma entidade adicional às maçãs; pelo contrário, essa semelhança sobrevém da natureza das próprias maçãs. Ora, se tal semelhança não é algo extra, então não nos devemos preocupar com o regresso ao infinito, pois esse regresso é inofensivo e as semelhanças são plenamente explicadas a partir da natureza dos particulares. Assim, não temos mais entidades para além dos particulares.

Será esta uma boa forma de responder ao desafio de Russell? Talvez não, como defende Rodriguez-Pereyra (2002: 110), pois ainda que a semelhança

sobrevenha da natureza dos particulares, esses particulares podem ser mesmo assim distintos daquilo que lhes é sobreveniente; ou seja, a semelhança pode ainda ser uma entidade distinta dos particulares. Isto porque parece haver na explicação de Armstrong uma falácia de "non sequitur", pois a explicação normal de sobreveniência não implica identidade. Aliás, a própria noção de "sobreveniência" que Armstrong usa, em termos de mundos possíveis, não implica identidade: a entidade B sobrevém na entidade A se, e só se, todos os mundos possíveis que contêm A contêm B . Esta definição permite simetria na sobreveniência em certos casos, como sustenta Armstrong, porque A e B podem sobrevir entre si. Porém, tal noção não implica identidade; ou seja, A e B podem ser numericamente distintos. Logo, não se afasta a possibilidade da semelhança ser uma entidade adicional aos particulares e não se mostra que a regressão é inofensiva.

Uma outra hipótese, em vez de se afirmar que a regressão é inofensiva, é tentar defender que nem sequer existe regressão, como Rodriguez-Pereyra (2002, p. 110-111). O primeiro passo do argumento de Rodriguez-Pereyra é sustentar que o nominalismo de semelhanças procura dar os veridadores (*truthmakers*) de proposições como "a maçã é vermelha" ou "a maçã é redonda". Um veridador é aquilo em virtude do qual as proposições se tornam verdadeiras ou o que faz as proposições serem verdadeiras.

Por exemplo, qual é o veridador da proposição "existem maçãs"? O veridador é as maçãs de facto existirem. E qual é o veridador da proposição "a maçã m_1 é vermelha"? Um realista acerca dos universais diria que o veridador é a maçã m_1 instanciar o universal "vermelho". Porém, um nominalista de semelhanças, uma vez que apenas aceita particulares, diria que o veridador da proposição é o facto de a maçã m_1 assemelhar-se a todos os particulares vermelhos. Mas qual é o veridador dessas proposições que envolvem particulares que se assemelham? Nesse caso, como a semelhança entre particulares é explicada a partir dos próprios particulares, segue-se o seguinte princípio geral:

(#) Se os particulares p_1, \dots, p_n são os veridadores de uma proposição " F ", então " p_1 existe &...& p_n existe" implica " F ".

O segundo passo do argumento, antes de se examinar se há ou não regressão viciosa, é reformular a regressão em termos de veridadores. Vamos supor que só existem três coisas vermelhas, nomeadamente três maçãs vermelhas: se m_1 , m_2 e m_3 são vermelhas, então o que faz de cada uma delas vermelhas é assemelharem-se entre si. Mas o que faz as semelhanças entre elas semelhantes? Essas semelhanças são semelhantes em virtude de serem semelhantes entre si e, assim, sucessivamente *ad infinitum*.

O terceiro passo do argumento consiste em defender que o nominalismo de semelhanças não sustenta que existem semelhanças, mas apenas supõe

que os particulares se assemelham entre si. Ou seja, não existem semelhanças entre semelhanças, mas apenas particulares que se assemelham. Não existe, portanto, uma entidade como “a semelhança”; o que existe são particulares concretos que são semelhantes entre si. Deste modo, a regressão ao infinito fica bloqueada, pois apenas se supõe que os particulares se assemelham.

Mas por que razão os particulares se assemelham? Por outras palavras: o que tornam proposições como “os particulares p e q assemelham-se entre si” verdadeiras? Afinal, o que faz p e q semelhantes entre si? A resposta de Rodriguez-Pereyra (2002, p. 115) é que quaisquer dois particulares semelhantes p e q assemelham-se entre si em virtude de serem p e q . Ou seja, se p e q se assemelham entre si, então a sua semelhança é um facto por causa de serem os particulares que são. Portanto, p e q são o único verificador da proposição “ p e q assemelham-se entre si”. E, seguindo o princípio (#), se os particulares p e q são os verificadores da proposição “ p e q assemelham-se entre si”, então “ p existe” e “ q existe” implicam “ p e q assemelham-se entre si”. Isto é, basta p e q existirem (isso é uma condição suficiente) para haver relação de semelhança entre p e q . Em suma, sustenta-se a seguinte condicional:

(*) Se p e q existem, então p e q assemelham-se entre si.

Por exemplo, se levar comigo duas das maçãs vermelhas m_1 e m_2 que comprei, a mera existência delas implica que m_1 e m_2 se assemelham entre si (bem como implica que se assemelham a todos os restantes particulares vermelhos). Com isto constatamos que a semelhança entre as nossas maçãs vermelhas é explicada a partir da mera existência dessas maçãs. Por isso, não há qualquer regressão ao infinito, nem o facto das maçãs se assemelharem é uma entidade adicional às próprias maçãs.

No entanto, não haverá pelo menos uma situação contrafactual em que as maçãs m_1 e m_2 existem, mas não são semelhantes? Estes particulares m_1 e m_2 que se assemelham poderiam ter existido sem se assemelharem. Pode-se conceber um mundo possível em que apesar de m_1 continuar a ser vermelha, m_2 torna-se por exemplo verde, quadrada, amarga, e em tudo o resto dissemelhante de m_1 . Assim pelo facto de m_1 e m_2 existirem não implica assemelharem-se entre si. Ou seja, ao pensarmos em situações contrafactuais, parece que se pode negar a condicional (*) afirmando que p e q existem mas p e q não se assemelharam entre si. Assim, em tais mundos possíveis os particulares p e q não são os verificadores da proposição “ p e q assemelham-se entre si”. Parece, então, que existência de particulares p e q não é uma condição suficiente para haver relação de semelhança entre p e q .

Para não ser suscetível a esta crítica e continuar a defender (*), o nominalista de semelhanças terá de assumir o realismo modal e a teoria das contrapartes (RODRIGUEZ-PEREYRA 2002, p. 116). Segundo o realismo modal, os

mundos possíveis têm existência efetiva. E, de acordo com a teoria das contrapartes, nenhum particular pode existir em mais do que um mundo possível. Ou seja, a contraparte de algum particular noutra mundo possível nunca é numericamente idêntica ao particular no mundo atual. Assim, se p e q existem apenas num único mundo possível e se nesse mundo esses particulares se assemelham entre si, então “ p e q existem” implica “ p e q assemelham-se entre si”. Isto é, não há qualquer mundo possível em que p e q existam e não sejam semelhantes. O que poderá não ser semelhante são as contrapartes de p e q num outro mundo possível, mas as contrapartes desses particulares não são numericamente iguais aos próprios particulares p e q . Deste modo, continua garantida a verdade da condicional (*), pois não temos qualquer circunstância ou mundo possível em que a antecedente da condicional seja verdadeira e a conseqüente falsa. Logo, pode-se continuar a sustentar que apenas os particulares p e q são os veridadores da proposição “ p e q assemelham-se entre si” e, por conseguinte, “ p e q existem” implica “ p e q assemelham-se entre si”.

Será esta uma boa forma de bloquear a regressão ao infinito e de responder ao desafio de Russell? Para o nominalista de semelhanças responder adequadamente a esses problemas tem de pressupor que a teoria das contrapartes e o realismo modal são plausíveis. Porém, a teoria das contrapartes, a que o nominalismo de semelhanças recorre, parece-me contraintuitiva e implausível. Concordo com Kripke (1972, p. 93-96) quando defende que esta é uma conceção que desvirtua a compreensão intuitiva de frases como:

(@) A maçãs m_1 poderia ter sido amarga.

A ideia de Kripke é que interpretamos intuitivamente (@) como afirmando algo sobre m_1 , nomeadamente, que ela tem uma certa propriedade modal: em circunstâncias diferentes, teria sido amarga. Porém, a teoria das contrapartes interpreta (@) de forma incorreta, pois afirma algo acerca de outra maçãs, isto é, uma certa contraparte de m_1 num mundo possível. Ora, isto parece contraintuitivo, pois quando afirmamos (@), supõe-se que o dito mundo possível contém esta maçãs m_1 e que, nesse mundo, essa maçãs é amarga. Portanto, a ideia é que podemos apontar para a maçãs, m_1 , e indagar o que lhe poderia ter acontecido, caso as circunstâncias fossem outras. Do mesmo modo, podemos afirmar consistentemente que os particulares p e q , apesar de existirem, poderiam não ser semelhantes entre si caso as circunstâncias fossem outras. Por isso, assumindo que a teoria das contrapartes é contraintuitiva e implausível, não parece que a mera existência dos particulares seja uma condição suficiente para eles se assemelharem.

Além disso, apesar do nominalismo de semelhanças ser uma teoria que postula apenas entidades particulares, não concordo com Rodriguez-Pereyra quando defende que esta é a teoria com mais economia ontológica. É verdade

que a nível qualitativo parece a teoria mais económica, uma vez que apenas postula um tipo de entidades, ou seja, os particulares. Porém, importa igualmente a economia quantitativa, isto é, o número de entidades (de qualquer tipo) postuladas por uma teoria – e a este nível o nominalismo de semelhanças não parece uma teoria com economia de entidades. Isto porque esta teoria assenta no realismo modal e, por isso, está comprometida com a existência de uma imensidão de mundos possíveis que são tão reais como o mundo atual. Ou seja, tem de sustentar, por exemplo, que existe realmente uma contraparte deste texto num outro mundo possível em que a única diferença é a seguinte: em vez de abordar a semelhança entre maçãs fala da semelhança entre laranjas. Existe também efetivamente um outro mundo possível em que a contraparte deste texto só não contém esta frase que estou agora a escrever. Com isto já se vê a quantidade infindável de entidades que se têm de postular em comparação com uma teoria que defenda a existência efetiva apenas do mundo atual. Deste modo, uma das motivações (ou seja, a economia ontológica) para se aderir ao nominalismo de semelhanças perde a sua força.

Estas considerações a respeito da economia ontológica levam-me igualmente à seguinte questão: uma teoria a que se pode chamar de *universalismo de semelhanças*, que aceite o argumento de Russell comprometendo-se apenas com o universal de semelhança e com o atualismo modal (que defende somente a existência efetiva do mundo atual), não será mais económica do que uma teoria nominalista que assume o realismo modal? À primeira vista parece que o universalismo de semelhanças seria uma teoria ontologicamente mais económica (pelo menos quantitativamente) uma vez que, ao contrário do nominalismo de semelhanças, não aceita um número infinito de contrapartes e de particulares que existem apenas noutros mundos possíveis (ou seja, os *possibilia*). A ideia intuitiva é que a cardinalidade das entidades postuladas pelo universalismo de semelhanças é menor do que a cardinalidade dos *possibilia* postulados pelo nominalismo de semelhanças. Mas será esta intuição correta? Rodriguez-Pereyra (2002, p. 206) defende que isso depende de certos pressupostos sobre a natureza do espaço-tempo e da cardinalidade dos *possibilia* que nenhuma solução para o problema dos universais pode decidir por si mesma. Por isso, é preciso examinar melhor estas questões para avaliarmos se a intuição que expus é correta ou não, bem como é necessário examinar as teorias de um ponto de vista da economia qualitativa.

Do mesmo modo pode-se levantar a seguinte questão: não será a teoria do universalismo de semelhanças ontologicamente mais económica do que a posição realista acerca dos universais? À primeira vista parece que sim, pois esta última postula uma grande quantidade de universais que são instanciados pelos diversos particulares, enquanto a primeira apenas postula um único universal: a semelhança que é instanciada por particulares que se assemelham entre si. No entanto, Russel argumenta, em (6), que caso admitamos

pelo menos um universal de semelhança, então não teríamos razões para evitar os restantes universais. Porém, penso que mesmo que se aceite só o universal de semelhança existem motivos para evitar todos os outros universais por uma questão de economia ontológica: é mais económica uma teoria que postula só um universal do que uma outra teoria que postula inumeráveis universais. Além disso, o universalismo de semelhanças parece *prima facie* explicar a razão dos particulares partilharem certas propriedades sem que seja preciso fazer recurso de outros universais além da semelhança. De acordo com o universalismo de semelhanças, o que faria os particulares p, q, r, \dots , terem uma qualquer propriedade F seria p, q, r, \dots , assemelharem-se entre si e tais particulares seriam semelhantes entre si em virtude de instanciarem o universal de semelhança. Por isso não é incoerente, ao contrário do que defende Russell, o comprometimento apenas com o universal de semelhança.

Porém, mesmo supondo que o universalismo de semelhanças é de facto uma teoria com mais economia ontológica do que o nominalismo de semelhanças e do que o realismo, daqui não se segue que é a resposta mais plausível para o problema dos universais. Para determinar se esse é o caso, é preciso encontrar respostas para questões como as seguintes: como explica a teoria a dissemelhança? Como explica as relações de instanciação, de identidade, de simetria, entre outras? Será que a teoria bloqueia adequadamente uma possível regressão ao infinito ou, pelo menos, justifica que não sofre de uma regressão viciosa? Portanto, para aderir a uma tal teoria seria preciso considerar previamente estas e outras questões importantes, bem como seria necessário analisar se as respostas a estas questões são melhores comparativamente com as respostas de todas as outras teorias. Deste modo, apesar de estar intuitivamente inclinado a aceitar o universalismo de semelhanças e, assim, a considerar que a semelhança das nossas maçãs vermelhas é uma entidade adicional às maçãs, tenho de admitir que este problema continua em aberto¹.

Referências bibliográficas

ARMSTRONG, D. M. "Infinite Regress Arguments and the Problem of Universals". *Australian Journal of Philosophy*, v. 52, n. 3, p. 191-201, 1974.

_____. *Universals: An Opinionated Introduction*. Westview Press, 1989.

BRANQUINHO, João. Sobre o valor das regressões ao infinito em metafísica. [forthcoming].

¹ Agradeço as críticas de Matheus Silva e de Lucas Miotto, que me fizeram repensar alguns argumentos. Eventuais erros aqui presentes são inteiramente da minha responsabilidade. Através de uma Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/85051/2012) beneficiei-me, na realização deste trabalho, do apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

_____. *Universais e Particulares*. Disponível em: <http://www.joaomiguelbranco.com/papers.html> .

KRIPKE, Saul. *O nomear e a necessidade*. Tradução de Ricardo Santos e Teresa Filipe. Lisboa: Gradiva, 2012.

RODRIGUEZ-PEREYRA, Gonzalo. *Resemblance nominalism: a solution to the problem of universals*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

RUSSELL, Bertrand (1912) *Os problemas da filosofia*. Tradução Desidério Murcho. Lisboa: Edições 70, 2008.